

A decorative graphic on the left side of the page, featuring two vertical bars. The left bar is pink with a diagonal hatching pattern, and the right bar is purple with a diagonal hatching pattern.

Relatório e Contas 2025

Willis – Corretores de Seguros, S.A.

10/10/10

10/10/10

10/10/10

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2025

A Willis – Corretores de Seguros S.A., doravante designada por “Sociedade” ou “Willis”, exerce a atividade de corretagem e consultoria no setor de seguros a partir da sua sede social na Rua Barata Salgueiro, nº 33, 1250 -042 Lisboa e do seu escritório situado na Av. Sidónio Pais, nº 379, Edifício B – 1º piso – Sala 5, 4100-468 Porto.

Em cumprimento do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos relativamente ao exercício de 2025, o Relatório da Gestão da Sociedade.

1) Breve enquadramento macroeconómico em 2025

Segundo as estimativas do INE, em 2025, a economia portuguesa cresceu 1,9%. Trata-se de uma desaceleração face a 2024 (2,2%). Ainda assim o crescimento manteve-se moderado e positivo, alinhado com previsões de instituições como Banco de Portugal (1,6% - 1,9%). Em suma a economia desacelerou, mas evitou a recessão, mantendo-se acima de algumas das suas congéneres europeias.

A Inflação desacelerou significativamente para os 2,3%, seguindo a tendência de estabilização para próximo dos 2%. Este resultado deveu-se, principalmente, à queda dos preços energéticos, apreciação do euro e menor pressão nas cadeias de abastecimento.

A Taxa de desemprego seguiu uma tendência positiva de descida, tendo iniciado o ano na ordem dos 6,2%, finalizando o ano nos 5,8%, tendo apresentado uma taxa média implícita entre os 5,8% - 6%.

O emprego apresenta níveis historicamente elevados, tendo neste momento a população empregada acima dos 5,3 milhões, próximo do pleno emprego estrutural, para padrões portugueses.

Os preços da habitação em Portugal continuam a aumentar. Em 2025 os preços registaram uma subida de 17%, subida essa mais elevada quando comparada com a sentida em 2024 (9,1%).

(Dados do INE)

2) Setor Segurador

Em 2025, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 16,1 mil milhões de euros, correspondendo a um crescimento de cerca de 13% face a 2024, de acordo com os valores provisórios divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). A produção das empresas sob supervisão prudencial da ASF representou cerca de 91,6% do total do mercado.

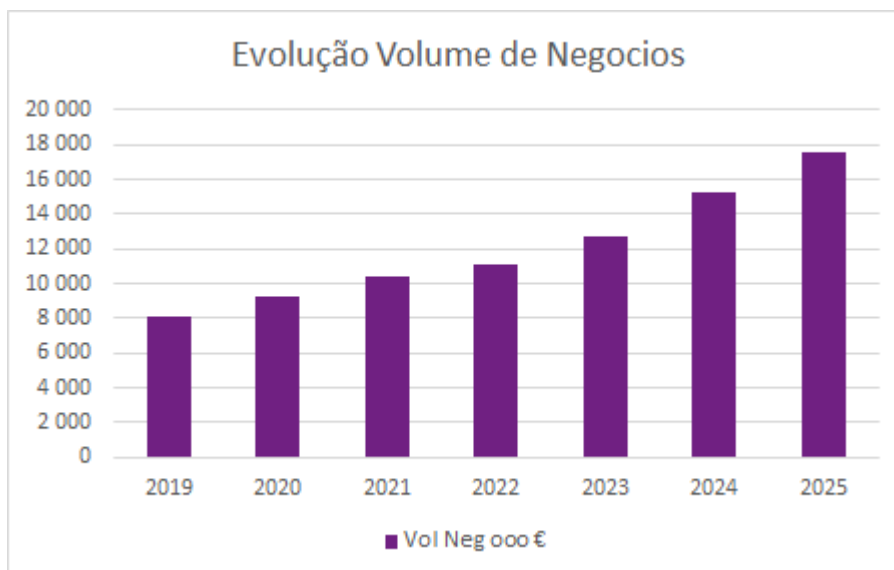
O crescimento foi transversal aos ramos Vida e Não Vida, com acréscimos de 17,1% e 9,2%, respetivamente. O ramo Vida beneficiou de um enquadramento financeiro mais favorável, mantendo uma evolução positiva ao longo do ano. Neste segmento, os Planos Poupança Reforma (PPR) registaram um aumento da produção de 12,1%, embora o seu peso relativo tenha diminuído para cerca de 26% do total do ramo.



Nos ramos Não Vida, a maioria das linhas de negócio apresentou crescimentos relevantes, destacando-se os ramos de Doença, com um aumento de 12,3%, automóvel, com 9,9%, Acidentes de Trabalho, com 8,4%, e Incêndio e Outros Danos, que cresceu cerca de 8% face a 2024. Estes ramos continuaram a representar a maior parte da produção Não Vida, refletindo ajustamentos tarifários, maior consciencialização do risco e uma procura sustentável por soluções de proteção.

3) Atividade Operacional

Em 2025 a Willis manteve a tendência de crescimento do volume de negócios dos últimos anos tendo atingido o valor de 17.553.268 euros, que representa um crescimento 15,4% face ao ano de 2024.



O resultado operacional cresceu em 5,3% face ao ano de 2024. Este crescimento deveu-se ao crescimento do volume de negócios que foi acompanhado pelo crescimento nos gastos de fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal.

4) Atividade desenvolvida em 2025

Como fica demonstrado pelos números, 2025 foi mais um ano de crescimento, alicerçado num cada vez maior dinamismo comercial, na eficiência operacional e numa abordagem centrada da experiência do cliente (externo e interno).

Continuamos o nosso investimento em capital humano e tecnologia, fazendo evoluir a nossa organização, as nossas ofertas de valor e a capacidade de enfrentar o futuro com otimismo e resiliência. O Lisbon Regional Delivery Center continuou a crescer em dimensão e âmbito de serviços prestados a outras empresas da WTW na Europa, sedimentando a sua importância na nossa estratégia regional e global.



5) Recursos Humanos

Em 2025 manteve-se a tendência de crescimento em número postos de trabalho, tendo sido atingido um número médio de 213 colaboradores.

Continuamos a apostar numa política de grande flexibilidade, baseada na responsabilidade dos colegas e na especificidade e exigência de cada função e/ou tarefa. Esta abordagem é um pilar importante da cultura WTW, baseada num conjunto de valores essenciais para nós e uma alavanca imprescindível no nosso objetivo de reter e atrair os melhores talentos.

Responsabilidade Social

Em 2025, o Comité de I&D para a WTW Portugal promoveu junto dos colaboradores da empresa a participação em diversos momentos e ações no âmbito da diversidade, equidade, inclusão e voluntariado, entre os quais:

- Iniciámos a partilha de newsletters mensais dedicadas a festividades internacionais e culturais, reforçando a sensibilização interna para a diversidade global.
- Participámos num pequeno-almoço executivo sobre “Diversidade e Inclusão nas Empresas: Princípios, Práticas e Desafios”, realizado nas instalações da PRA Advogados, em Lisboa.
- Assinalámos o mês do Pride, em junho, com a decoração temática dos andares da WTW, promovendo um ambiente inclusivo e de celebração da diversidade.
- Organizámos duas sessões informativas com a Multicare, focadas no esclarecimento de benefícios e na utilização da aplicação Vitality.
- Planeámos e conduzimos a sessão do DiveIn, dedicada ao tema “Mental Health – Get to know your Work-life Balance”, que teve lugar nas nossas instalações.
- Mantivemos a dinamização de sessões de conversação em várias línguas — Português, Espanhol, Italiano, Inglês e Alemão — proporcionando aos colaboradores oportunidades regulares de prática oral.
- No âmbito do World Mental Health Day, partilhámos sugestões de diálogo e cuidado entre colegas, disponibilizadas em vários andares para consulta.
- Organizámos uma Watch Party interna para acompanhar o webcast global do Mental Health Day, “Breaking Stigma, Building Belonging”.
- Promovemos a iniciativa “Holiday Connections”, destinada a criar ligações entre colegas durante as épocas festivas, contribuindo para reduzir situações de isolamento em períodos tradicionalmente associados à família e comunidade.
- Divulgámos informação relativa ao International Equal Pay Day, assinalado a 15 de novembro de 2025.
- Partilhámos conteúdos informativos sobre as campanhas Pink October e Movember, reforçando a consciencialização para a saúde preventiva.
- Organizámos uma sessão com o Professor Nuno Oliveira (ISCTE-IUL) dedicada ao tema “Embracing Diversity and Interculturalism in a Global Workplace”, promovendo a reflexão sobre diversidade e interculturalidade no contexto profissional.



- Campanha de voluntariado de Natal

6) Resultado Líquido

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação:

Conta	Valor em Euros
Reservas livres	3 464 318

7) Perspetivas futuras

Encaramos o futuro com otimismo e ambição. Conscientes de um contexto complexo, entendemos estar preparados para apoiar ainda mais e melhor os nossos clientes externos e internos e dessa forma manter o caminho de crescimento sustentado que nos tem caracterizado.

Vamos continuar focados em propor uma experiência de colaborador enriquecedora, inclusiva e desafiante, baseada na flexibilidade e responsabilidade.

8) Informações Diversas

Depois de alguma pesquisa, a Administração tem uma expectativa razoável de que a sociedade dispõe de recursos adequados para continuar a sua atividade operacional num futuro previsível. Dessa forma, continuam a adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.

Mais detalhes sobre o princípio da continuidade podem ser encontrados na nota n.º 3 do anexo às demonstrações financeiras.

OUTROS

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro informamos que a situação da Sociedade perante a Segurança Social, encontra-se regularizada.

Igualmente, não existem dívidas em mora à Administração Tributária.



WILLIS – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

O Relatório de Gestão e os respetivos documentos de prestação de contas estão à disposição dos acionistas, na sede da Sociedade.

Lisboa, 27 de março de 2026

O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)

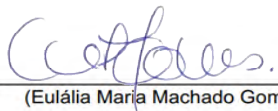
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	102 306	112 781
Ativos intangíveis	5	54 313	43 328
Ativos por impostos diferidos	7	208 745	304 045
Total do ativo não corrente		365 364	460 154
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	8	2 548 776	2 702 909
Acionistas	10	16 706 653	12 959 150
Outras contas a receber	8	2 333 861	1 847 031
Diferimentos	11	273 858	236 291
Caixa e depósitos bancários	4	2 588 903	2 736 281
Total do ativo corrente		24 452 051	20 481 663
Total do ativo		24 817 415	20 941 817
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	12	600 000	600 000
Reservas legais	12	120 000	120 000
Outras Reservas	12	178 526	-
Reservas livres	12	14 457 435	11 058 978
		15 355 961	11 778 978
Resultado líquido do exercício		3 464 318	3 398 457
Total do capital próprio		18 820 279	15 177 435
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1 003 277	1 356 000
Total do passivo não corrente		1 003 277	1 356 000
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	1 695 484	1 573 320
Adiantamentos de clientes	8	1 344 876	1 039 963
Estado e outros entes públicos	9	495 155	611 765
Diferimentos	11	16 020	16 020
Outras contas a pagar	14	1 442 324	1 167 315
Total do passivo corrente		4 993 859	4 408 383
Total do passivo		5 997 136	5 764 383
Total do capital próprio e do passivo		24 817 415	20 941 817

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025.

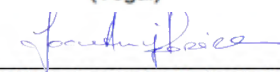
O Contabilista Certificado


(Eulália Maria Machado Gomes)

O Conselho de Administração,


(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)


(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)


(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Montantes expressos em euros)

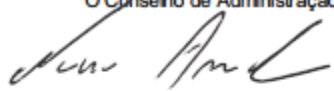
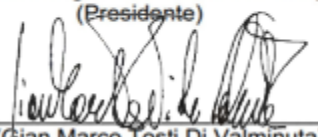
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
Serviços prestados	15	17 553 268	15 209 075
Fornecimentos e serviços externos	16	(3 020 345)	(2 672 075)
Gastos com o pessoal	17	(10 057 139)	(7 803 510)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	8	2 940	(2 481)
Provisões ((aumentos) / reduções)	13	352 723	(67 000)
Outros rendimentos e ganhos	18	28 533	33 301
Outros gastos e perdas	18	(402 208)	(346 788)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 457 771	4 350 523
Gastos de depreciação e de amortização	5	(28 043)	(142 030)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 429 728	4 208 492
Juros e rendimentos similares obtidos	19	345 291	483 202
Resultado antes de impostos		4 775 019	4 691 694
Imposto sobre o rendimento do exercício	20	(1 310 701)	(1 293 237)
Resultado líquido do exercício		3 464 318	3 398 457
Resultado por ação básico		28,9	28,3

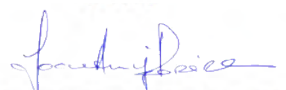
O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,


(Eulália Maria Machado Gomes)

O Conselho de Administração,

(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)

(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)


(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Reservas livres	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2023		600 000	120 000	-	7 838 070	3 220 908	11 778 978
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2023:							
Transferência para reservas livres	12	-	-	-	3 220 908	(3 220 908)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	3 398 457	3 398 457
Saldo em 31 de dezembro de 2024		600 000	120 000	-	11 058 978	3 398 457	15 177 435
Aplicação do resultado líquido de 31 de dezembro de 2024:							
Transferência para reservas livres	12	-	-	-	3 398 457	(3 398 457)	-
Outras variações no capital próprio	12	-	-	178 526	-	-	178 526
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	3 464 318	3 464 318
Saldo em 31 de dezembro de 2025		600 000	120 000	178 526	14 457 435	3 464 318	18 820 279

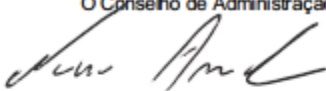
O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

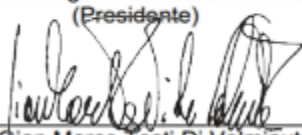
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,


(Eulália Maria Machado Gomes)

O Conselho de Administração,


(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)


(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)


(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31 dezembro 2025	31 dezembro 2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		167 507 031	141 545 637
Pagamentos a fornecedores		(152 946 108)	(130 668 021)
Pagamentos ao pessoal		(9 532 440)	(7 906 650)
Caixa gerada pelas operações		5 028 483	2 970 966
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 353 408)	(1 560 772)
Movimentação de depósitos à ordem relativos a fundos de clientes	4	(191 428)	(1 287 660)
Outros recebimentos / pagamentos		(380 153)	(248 710)
Fluxos das atividades operacionais [1]		3 103 494	(126 176)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Acionistas		12 480 544	1 622 160
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(5 721)	(40 026)
Ativos intangíveis		(22 832)	-
Acionistas		(15 882 755)	(2 340 991)
Fluxos das atividades de investimento [2]		(3 430 764)	(718 831)
Variação de caixa e seus equivalentes [3]=[1]+[2]		(327 270)	(845 007)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1 063 105	1 908 112
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	735 835	1 063 105

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração,

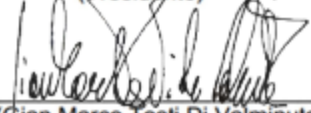


(Eulália Maria Machado Gomes)

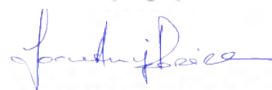
O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima com sede em Lisboa, constituída em 1956, tendo como atividade principal a corretagem de seguros.

Conforme indicado na Nota 12, o capital da Sociedade era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros y Reaseguros S.A., entidade incluída no perímetro de consolidação da Willis Towers Watson, PLC, sediada na Irlanda. Em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando esta como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade. Consequentemente, as operações e transações da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo ao qual pertence. Os principais saldos e transações realizadas com as entidades do Grupo Willis encontram-se detalhados na Nota 10.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2026.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras



3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que os bens se encontram em condições de ser utilizados, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 - 8
Equipamento básico	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade mantém um conjunto de contratos de Aluguer de Longa Duração (ALD), os quais, face às suas especificidades e de acordo com o preconizado na NCRF 9 - Locações, são reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas como alugueres operacionais (Nota 6).

As rendas de locações operacionais são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração dos resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, gastos com a aquisição e desenvolvimento de software utilizado na atividade da Sociedade.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas.



As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software, que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são contabilizadas como gasto do exercício em que são incorridas.

3.5 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) *Clientes e outras contas a receber*

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) *Acionistas*

Os empréstimos a empresas do Grupo, incluídos na rubrica “Acionistas”, são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) *Fornecedores e outras contas a pagar*

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo ou ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.



Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade, a reconhecer, corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” da demonstração dos resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber”.

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Sociedade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Sociedade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

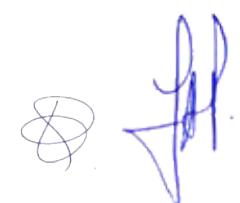
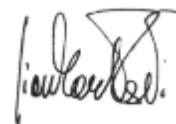
3.6 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros, incluindo avaliações e análises de riscos, bem como assistência operacional a empresas e outros organismos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.



Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7 Juizos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuados na preparação das demonstrações financeiras anexas estão relacionados com o reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços e respetiva especialização.

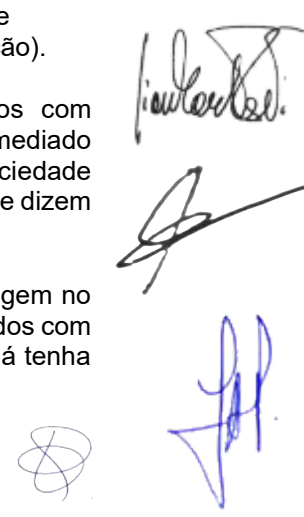
Estimativas utilizadas no cálculo das comissões

Em caso de não conclusão, à data do encerramento do exercício, da negociação com clientes e/ou seguradoras sobre os valores finais a constarem nos contratos de seguro, as estimativas são efetuadas com base nos seguintes aspetos:

- i) Últimos valores apresentados pela seguradora no decurso da negociação; e
- ii) Valores constantes na apólice imediatamente anterior (em caso de renovação).

Em caso de existirem prestações de serviços de corretagem de seguros com pagamentos fracionados, ou seja, em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido, mas as comissões sejam recebidas em períodos futuros, a Sociedade estima, com base nos últimos valores apresentados, as comissões a receber que dizem respeito a esses serviços.

A Sociedade regista acertos nas comissões associadas ao serviço de corretagem no momento em que tem a expectativa de vir a receber ou pagar valores relacionados com a prestação de serviços em que a data de início do período de risco mediado já tenha ocorrido.



3.8 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Benefícios pós-emprego

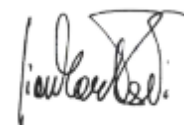
A Sociedade tem um plano de contribuições definidas, de forma a complementar a reforma atribuída aos seus colaboradores. Este plano abrange a totalidade dos seus colaboradores.

As contribuições realizadas pela Sociedade para o plano de contribuições definidas são reconhecidas como custo do exercício como “Gastos com o pessoal”.

3.10 Programa de incentivo a longo-prazo

O programa de long-term incentive plan, funciona como uma participação acionista, que é liquidada em ações do grupo Willis Towers Watson. A organização concede ações fracionárias aos colaboradores, que recebem o valor integral da sua premiação do plano de incentivo de longo prazo. Este programa é um pilar importante da filosofia de remuneração por desempenho, que visa oferecer oportunidades de remuneração vinculadas ao desempenho da empresa e do colaborador.

O justo valor determinado na data de concessão dos pagamentos baseados em ações é contabilizado, com base na estimativa do Grupo do número de instrumentos de capital próprio atribuídos. Uma vez que o programa foi atribuído por outra entidade do Grupo e que o pagamento fica a cargo dessa entidade, nos termos da IFRS 2 – “Pagamento com Base em Ações” trata-se de um plano de “transações de pagamento com base em ações liquidadas com capital próprio”, pelo que a Sociedade reconhece o justo valor das ações atribuídas na demonstração dos resultados na rubrica de “Custos com pessoal” por contrapartida da rubrica de “Outras reservas” do capital próprio.



3.11 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são faturados. As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.13 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de balanço Caixa e depósitos bancários é composta como se segue:

	2025	2024
Depósitos à ordem		
· Fundos recebidos de clientes (Nota 21.e)	1 864 602	1 673 176
· Fundos recebidos de clientes Resseguro	332 294	267 734
· Fundos da atividade operacional	392 007	795 371
	<u>2 588 903</u>	<u>2 736 281</u>

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

São excluídos da rubrica de “Caixa e seus equivalentes”, para efeitos de preparação da demonstração dos fluxos de caixa, os depósitos à ordem onde a Sociedade deposita os fundos recebidos de clientes (Nota 21), uma vez que existem restrições regulamentares à movimentação destas contas por parte da Sociedade.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

2025										
Saldo Inicial							Saldo Final			
	Amortizações e Depreciações				Amortizações e Depreciações do Exercício			Amortizações e Depreciações		
Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Outros		Abates	Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido	
Ativos fixos tangíveis										
Equip administrativo	88 511	(85 586)	2 925	-	-	(2 151)	(1591)	86 920	(86 146)	774
Equip básico	131202	(21346)	109 856	-	5 721	(14 045)	-	136 923	(35 391)	101532
	219 713	(106 932)	112 781	-	5 721	(16 196)	(1 591)	223 843	(121 537)	102 306
Ativos intangíveis										
Software	666 282	(622 954)	43 328	-	-	(11847)	-	666 282	(634 801)	31481
Em curso	-	-	-	22 832	-	-	-	22 832	-	22 832
	666 282	(622 954)	43 328	22 832	-	(11 847)	-	689 114	(634 801)	54 313
	885 995	(729 886)	156 109	22 832	5 721	(28 043)	(1 591)	912 957	(756 338)	156 619
2024										
Saldo Inicial							Saldo Final			
	Amortizações e Depreciações				Amortizações e Depreciações do Exercício			Amortizações e Depreciações		
Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido	Aquisições	Outros		Abates	Valor Bruto	Acumuladas	Valor Líquido	
Ativos fixos tangíveis										
Equip administrativo	145 924	(138 250)	7 674	-	(75)	(4 674)	(57 338)	88 511	(85 586)	2 925
Equip básico	91 176	(7 598)	83 578	40 026	-	(13 748)	-	131202	(21346)	109 856
	237 100	(145 848)	91 252	40 026	(75)	(18 422)	(57 338)	219 713	(106 932)	112 781
Ativos intangíveis										
Software	666 208	(499 346)	166 862	-	74	(123 608)	-	666 282	(622 954)	43 328
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	666 208	(499 346)	166 862	-	74	(123 608)	-	666 282	(622 954)	43 328
	903 308	(645 194)	258 114	40 026	(1)	(142 030)	(57 338)	885 995	(729 886)	156 109

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com veículos e com as suas instalações, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são detalhados conforme se segue:

	2025	2024
Até 1 Ano	367 194	343 968
Entre 1 a 5 anos	482 488	730 304
A mais de 5 anos	-	10 871
	849 681	1 085 143

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é detalhado conforme se segue:

	2025	2024
Pagamentos mínimos	297 756	309 893
	297 756	309 893

7. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Ativos por impostos diferidos” corresponde a diferenças temporárias originadas por provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	304 045	299 370
Reforços (Nota 20)	-	4 675
Reversões (Nota 20)	(95 300)	-
	<u>208 745</u>	<u>304 045</u>

8. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

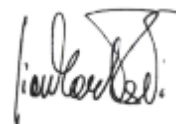
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de clientes e de outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	2025			2024		
	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido	Valor Bruto	Imparidade Acumulada	Valor Líquido
Cientes						
Conta Corrente	2 586 311	(37 535)	2 548 776	2 743 384	(40 475)	2 702 909
	<u>2 586 311</u>	<u>(37 535)</u>	<u>2 548 776</u>	<u>2 743 384</u>	<u>(40 475)</u>	<u>2 702 909</u>
Outras contas a receber						
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Serviços prestados a faturar	2 218 292	-	2 218 292	1 767 164	-	1 767 164
Outros devedores						
Cauções relativas a contratos de arrendamento	52 968	-	52 968	52 968	-	52 968
Adiantamentos ao pessoal	42 983	-	42 983	20 710	-	20 710
Outros	19 618	-	19 618	6 189	-	6 189
	<u>2 333 861</u>	<u>-</u>	<u>2 333 861</u>	<u>1 847 031</u>	<u>-</u>	<u>1 847 031</u>
	<u>4 920 172</u>	<u>(37 535)</u>	<u>4 882 637</u>	<u>4 590 415</u>	<u>(40 475)</u>	<u>4 549 940</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos – Serviços prestados a faturar” refere-se ao valor estimado de comissões de corretagem e honorários por serviços prestados, cuja faturação ocorrerá em períodos seguintes (Notas 3.6 e 3.7). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica inclui os montantes de 1.066.753 euros e 862.740 euros, respetivamente, relacionados com partes relacionadas (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 280.161 euros e 1.356.020 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Outros Devedores” inclui 12.498 euros, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).






O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber e de outros devedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser detalhado da seguinte forma:

	2025	2024
Cientes de cobrança duvidosa		
Saldo inicial	40 475	37 994
Reforços	3 346	31 803
Reversões	(6 286)	(29 322)
Utilizações	-	-
	<u>37 535</u>	<u>40 475</u>

O efeito líquido dos reforços e reversões das perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, corresponde a um ganho no montante de 2.940 euros e encontra-se registado na rubrica da demonstração dos resultados “Imparidade de dívidas a receber”.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta o montante de 1.344.876 euros e 1.039.963 euros respetivamente, correspondente a pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2025 e 2024.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2025	2024
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)		
Estimativa de imposto (Nota 20)	1 215 401	1 297 912
Pagamentos por conta	<u>(1 064 520)</u>	<u>(1 038 206)</u>
	150 881	259 706
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	69 939	80 781
Contribuições para a Segurança Social	190 068	159 591
Imposto sobre o Valor Acrescentado	92 140	94 846
Outros impostos	<u>(7 873)</u>	<u>16 840</u>
	<u>495 155</u>	<u>611 765</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Sociedade não tinha impostos ou contribuições para a Segurança Social em mora.

10. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os membros dos órgãos sociais da Sociedade não foram remunerados, pelo exercício dos respetivos cargos.






Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais saldos mantidos com partes relacionadas tinham a seguinte composição:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<u>Saldos relacionados com a atividade de corretagem</u>				
Willis Towers Watson France	434 665	-	596 058	-
Willis Ibéria	370 904	(4 449)	938 020	901
Willis Towers Watson Versicherungsmakler GmbH	155 353	-	345 050	600
Willis Towers Watson Limited	62 706	-	83 445	239 488
Willis Italia S.p.A.	62 369	4 140	25 965	22 224
Willis B.V.	58 665	-	-	-
Willis Corretores de Resseguros Ltda (Brasil)	45 001	-	45 001	-
Towers Watson de España SA	37 710	-	112 099	-
Towers Watson AG	36 908	-	-	-
Willis Towers Watson Northeast, Inc.	36 095	-	8 453	-
Willis Towers Watson Sigorta	13 886	-	18 604	-
Towers Watson Limited (2501)	11 458	-	-	-
Willis Towers Watson SA NV	5 400	-	17 800	187 480
Willis Towers Watson Midwest, Inc.	5 305	-	4 698	-
Willis I/S Denmark	3 699	-	-	-
Willis Towers Watson Sweden AB	3 200	-	-	-
Willis Towers Watson Brokers (Singapore) Pte Ltd	1 979	-	2 149	-
Willis Towers Watson Polska	1 350	550	1 350	-
Willis Towers Watson NSA Portugal	227	-	-	-
Towers Watson Canada Inc.	34	-	-	-
Willis Towers Watson Insurance Services West, Inc.	-	-	4 684	-
Willis International Limited	-	-	-	99 833
Willis Group Services Limited	-	-	-	55 132
Towers Watson Netherlands B.V.	-	-	-	37 828
Willis Group Limited	-	-	-	14 567
Willis North America Inc.	-	27	-	503
Willis Consulting S.L.	-	1 250	-	-
Willis Towers Watson Public Limited Company	-	-	-	-
Willis Insurance Broker (China)	-	-	-	(274 145)
Willis Towers Watson US LLC	-	-	874	26 133
Willis AG	-	-	952	-
	<u>1 346 914</u>	<u>1 518</u>	<u>2 205 201</u>	<u>410 543</u>
<u>Outros saldos</u>				
WTW Global Treasury Company	16 706 653	-	12 959 150	-
Towers Watson Portugal	12 498	194 846	13 558	207 181
	<u>16 719 151</u>	<u>194 846</u>	<u>12 972 709</u>	<u>207 181</u>
	<u>18 066 065</u>	<u>196 364</u>	<u>15 177 910</u>	<u>617 724</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Sociedade apresenta saldos ativos com a WTW Global Treasury Company nos montantes de 16.706.653 euros e 12.959.150 euros, respetivamente, que correspondem a empréstimos concedidos a esta entidade, com maturidades inferiores a um ano, e que vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19), correspondente a uma taxa de juro anual indexada à Euribor 1 mês, com um mínimo de 0%.

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantinha um saldo negativo com a entidade Willis Insurance Broking (China) no montante de 274.145 euros, que correspondia a sinistros de resseguros, o qual foi liquidado durante o ano de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos relacionados com a atividade de corretagem correspondem aos valores a receber ou a pagar a outras entidades do Grupo Willis, devidas por referênciação de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados entre estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, sempre de acordo com as condições definidas pelo Grupo. Estes saldos encontram-se registados nas rubricas “Clientes” e “Fornecedores”.

As principais transações efetuadas pela Sociedade com empresas do Grupo Willis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tiveram o seguinte reflexo ao nível das respetivas demonstrações dos resultados:

	2025	2024
Serviços prestados (Nota 15)	4 142 467	1 679 781
Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	(1 677 396)	(970 254)
Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 19)	345 291	483 202
	<u>2 810 362</u>	<u>1 192 728</u>

O montante apresentado em “Serviços prestados” corresponde a comissões recebidas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis.

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Diferimentos Ativo:		
Fundo de Compensação do Trabalho	48 688	48 688
Rendas	37 807	18 150
Seguros	117 962	75 034
Remuneração Flex	38 729	95 751
Outros diferimentos	<u>30 672</u>	<u>(1 331)</u>
	273 858	236 291
Diferimentos Passivo:		
Prestação serviços	<u>(16 020)</u>	<u>(16 020)</u>
	(16 020)	(16 020)

12. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 120.000 ações com o valor nominal de cinco euros cada. Em 2020 o capital era detido em 99,95% pela Willis Iberia Correduría de Seguros Y Reaseguros, S.A., no entanto, em 12 de janeiro de 2021 foram celebrados contratos de compra e venda de ações tendo a acionista maioritária comprado as ações aos acionistas minoritários ficando como acionista única, passando a deter 100% das ações da Sociedade.

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, no mínimo, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta reserva encontrava-se totalmente constituída.

Outras reservas:

Esta rubrica inclui ações que serão atribuídas a alguns colaboradores em 2026. As ações são emitidas pela entidade WTW Plc, sediada nos Estados Unidos da América, sem intervenção da entidade local.

Aplicação do resultado:

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 24 de junho de 2025, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 3.398.457 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

Na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2024, foi deliberado que o resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 3.220.908 euros, fosse integralmente alocado a Reservas Livres.

O artigo 18, n.º 1, alínea b), do Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros, aprovado pela Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de estrutura económico-financeira adequadas ao exercício da atividade. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 9.º da Norma Regulamentar n.º 13/2020 R, de 30 de dezembro, a qual entrou em vigor em fevereiro de 2021, no âmbito da análise da adequação da estrutura económico-financeira do corretor de seguros pessoa coletiva, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, verifica se os indicadores de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez geral correspondem a valores iguais ou superiores, respetivamente a 15%, 20% e 100%. Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade encontra-se a cumprir com os referidos indicadores.

13. PROVISÕES

O movimento ocorrido na rubrica “Provisões” durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser detalhado da seguinte forma:

	2025	2024
Provisão para outros riscos e encargos		
Saldo inicial	1 356 000	1 289 000
Reforços	22 277	67 000
Reversão	(375 000)	-
	<u>1 003 277</u>	<u>1 356 000</u>

A provisão constituída destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes da atividade da Sociedade incluindo as contingências provenientes de pleitos judiciais em curso.






14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Fornecedores		
. Companhias de seguros (Nota 21)	1 571 423	1 129 059
. Outros fornecedores	124 061	444 261
	<u>1 695 484</u>	<u>1 573 320</u>
Outras contas a pagar		
. Credores por acréscimos de gastos		
. Remunerações e respetivos encargos	994 432	710 883
. Honorários	27 137	46 002
. Outros	343 441	354 811
. Credores (Partilha Comissões) (Nota 21)	51 129	54 903
. Outros credores	26 185	716
	<u>1 442 324</u>	<u>1 167 315</u>
	<u>3 137 808</u>	<u>2 740 635</u>

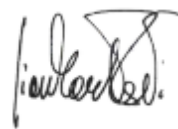
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecedores” inclui 32.418 euros e 467.421 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras contas a pagar – Credores por acréscimos de gastos - Outros” inclui o montante de 163.946 euros e 150.303 euros, respetivamente, relacionado com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10).

15. SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de serviços efetuadas pela Sociedade, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, resultaram, essencialmente, de operações realizadas em Portugal e podem ser detalhadas como se segue:

	2025	2024
Corretagem Seguros	12 251 289	12 331 597
Mediação de Resseguros	391 146	186 716
Honorários	4 910 833	2 690 762
	<u>17 553 268</u>	<u>15 209 075</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Serviços Prestados” inclui 4.142.467 euros e 1.679.781 euros, respetivamente, relacionados com comissões recebidas de entidades relacionadas, por referência de clientes, pela gestão local de programas de seguros de clientes internacionais ou por trabalhos especializados prestados a estas entidades, de modo a aproveitar sinergias dentro do Grupo Willis, líquidas de comissões cedidas e de serviços prestados por outras empresas do Grupo Willis (Nota 10).






16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Trabalhos especializados	2 038 702	1 556 737
Rendas e alugueres	367 114	367 800
Conservação e reparação	216 800	52 463
Despesas de reestruturação	-	231 461
Seguros	112 776	37 310
Comissões	86 718	216 203
Deslocações e estadas	80 392	63 188
Comunicação	31 381	26 648
Despesas de representação	16 451	16 874
Honorários	-	17 414
Outros	70 011	85 977
	<u>3 020 345</u>	<u>2 672 075</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” inclui 1.677.396 euros e 970.254 euros, respetivamente, relacionados com valores pagos ao Grupo (Nota 10).

A rubrica despesas de reestruturação é relativa a custos de transformação e desenvolvimentos da organização, faturados centralmente.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações do pessoal	6 627 361	5 316 242
Encargos sobre remunerações	1 483 376	1 229 305
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	72 406	25 195
Benefícios pós-emprego:		
. Contribuição definida	116 205	91 105
Indemnizações	2 052	49 780
Outros	1 755 738	1 091 882
	<u>10 057 139</u>	<u>7 803 510</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade manteve ao seu serviço, em média, 213 e 165 colaboradores, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros” inclui essencialmente gastos com seguros de vida, doença, formação do pessoal, vales sociais de apoio à educação e gastos com um seguro de capitalização a favor dos colaboradores.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
<u>Outros rendimentos e ganhos:</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	21 825	6 545
Outros rendimentos e ganhos	6 707	26 756
	<u>28 533</u>	<u>33 301</u>
<u>Outros gastos e perdas:</u>		
Impostos	322 360	305 204
Diferenças de câmbio desfavoráveis	25 150	26 388
Outros gastos e perdas	54 698	15 196
	<u>402 208</u>	<u>346 788</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros gastos e perdas – Impostos” respeita, essencialmente, a Imposto do Selo suportado pela Sociedade, o qual está associado às comissões recebidas durante os respetivos exercícios.

19. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Juros sobre financiamentos concedidos a empresas do Grupo (Nota 10)	345 291	483 202
	<u>345 291</u>	<u>483 202</u>

20. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada nos exercícios de 2025 e 2024 é de 21,5% e 22,5%, respetivamente. Adicionalmente, os lucros tributáveis estão sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do IRC, de acordo com os seguintes intervalos: (i) 1.500.000 euros e 7.500.000 euros, aplicando-se a taxa de 3%; (ii) 7.500.000 euros e 35.000.000 euros, aplicando-se a taxa de 5%; e (iii) superiores a 35.000.000 euros, aplicando-se uma taxa de 9%.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Sociedade encontra-se sujeita à tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade nos anos de 2022 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.






O Conselho de Administração da Sociedade entende que eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o gasto com impostos sobre o rendimento é detalhado como segue:

	2025	2024
Imposto corrente do exercício	1 215 401	1 297 912
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	95 300	(4 675)
	<u>1 310 701</u>	<u>1 293 237</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação do imposto corrente do exercício é conforme segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	4 775 019	4 691 694
Taxa nominal de impostos	21,5%	22,5%
Imposto à taxa nominal	<u>1 026 629</u>	<u>1 055 631</u>
Diferenças:		
Diferenças temporárias (i)	(73 454)	15 075
Diferenças permanentes (ii)	12 013	21 572
Tributações autónomas	160 535	104 997
Derrama estadual	89 677	100 637
Imposto corrente do exercício (Nota 9)	<u>1 215 401</u>	<u>1 297 912</u>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as diferenças temporárias podem ser resumidas como segue:

	2025	2024
Reforços / (Reversões) registados com provisões	(341 645)	67 000
	<u>(341 645)</u>	<u>67 000</u>
Taxa nominal de imposto	21,5%	22,5%
	<u>(73 454)</u>	<u>15 075</u>






(ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estes montantes tinham a seguinte composição:

	2025	2 024
Benefícios fiscais	(810)	(20 479)
(Reposição)/reforço de imparidade e provisões, líquido	(30 009)	11 153
Despesas não dedutíveis	32 960	5 165
Outros, líquidos	53 733	100 036
	<u>55 875</u>	<u>95 875</u>
Taxa nominal de imposto	21,5%	22,5%
	<u>12 013</u>	<u>21 572</u>

No exercício de 2024, os benefícios fiscais incluídos no quadro anterior dizem maioritariamente respeito à atribuição de cheques creche aos colaboradores.

21. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros

I - Nos termos do n.º 1 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de estornos, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito da Sociedade inclui as comissões angariadas nas prestações de serviços efetuadas no âmbito da atividade de corretagem de seguros e honorários pela elaboração de projetos de consultoria de seguros.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços e honorários de corretagem de seguros na data de início do período de risco mediado, tendo em conta que todo o trabalho de angariação e de renovação das apólices de seguro é efetuado até àquela data. Para este efeito são criados acréscimos de receitas para o período do risco ainda não faturados. Desta forma, não existe lugar ao reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

Honorários de consultoria

O rédito proveniente de honorários é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações auferidas pela Sociedade durante os exercícios de 2025 e 2024 foram recebidas em cheque, transferências bancárias ou descontadas nas prestações de contas efetuadas às empresas de seguros, sendo desagregadas da seguinte forma:

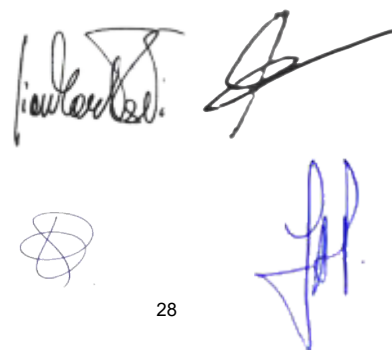
	2025	2024
Comissões Distribuição Seguros	12 345 633	11 761 526
Comissões Distribuição Resseguros	391 146	186 716
Outras Remunerações (Comissões)	(94 344)	570 071
Honorários por Distribuição de Seguros	531 109	499 721
Honorários por Prestação de Serviços	4 379 724	2 191 041
	<u>17 553 268</u>	<u>15 209 075</u>

As rubricas Outras Remunerações englobam os acréscimos e diferimentos de remuneração fruto do critério de reconhecimento de receitas bem como as partilhas de remunerações com as empresas do Grupo.

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade, nos exercícios de 2025 e 2024 apresentam a seguinte composição:

	2025		
	Ramo		
	Vida	Não vida	Total
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	451 043	11 870 860	12 321 903
Outros Mediadores	-	23 730	23 730
	<u>451 043</u>	<u>11 894 590</u>	<u>12 345 633</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	-	415 075	415 075
Outros Mediadores(incluindo entidades do Grupo)		116 034	116 034
	-	<u>531 109</u>	<u>531 109</u>
	<u>451 043</u>	<u>12 425 699</u>	<u>12 876 742</u>



	2024		
	Ramo		Total
	Vida	Não vida	
Comissões Distribuição Seguros			
Empresas de Seguros	416 301	10 750 150	11 166 451
Outros Mediadores	-	595 074	595 075
	<u>416 301</u>	<u>11 345 224</u>	<u>11 761 526</u>
Honorários por Distribuição de Seguros			
Clientes	-	399 832	399 832
Outros Mediadores(incluindo entidades do Grupo)		99 889	99 889
	-	<u>499 721</u>	<u>499 721</u>
	<u>416 301</u>	<u>11 844 945</u>	<u>12 261 247</u>

Os montantes de comissões apresentados no quadro acima correspondem a recibos liquidados às companhias de seguros e outros mediadores durante os exercícios de 2025 e 2024 independentemente do momento do reconhecimento contabilístico da receita respetiva.

d) Níveis de concentração

Nos exercícios de 2025 e de 2024 apenas uma empresa de seguros representou mais de 25% das remunerações totais recebidas pela Sociedade, tendo atingido 25,3% e 31,3% respetivamente.

e) Valores das contas clientes

Os valores das contas de depósitos à ordem relativas a fundos recebidos de clientes (Nota 4) e a sua movimentação durante os exercícios de 2025 e 2024 são apresentados como segue:

Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2023	<u>385 516</u>
Movimento do ano (débito)	126 567 364
Movimento do ano (crédito)	(125 279 704)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2024 (Nota 4)	<u>1 673 176</u>
Movimento do ano (débito)	149 942 905
Movimento do ano (crédito)	(149 751 479)
Saldo conta "Clientes" em 31 de dezembro de 2025 (Nota 4)	<u>1 864 602</u>

f) Valores das contas a receber e a pagar

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos saldos incluídos em clientes e outras contas a receber, desagregados por origem, relacionados com a atividade de corretagem de seguros eram como segue:

	2025		2024	
	Cientes	Outras contas	Cientes	Outras contas
	(Nota 8)	a receber (Nota 8)	(Nota 8)	a receber (Nota 8)
Tomadores de seguro	1 828 057	-	1 824 321	-
Cientes	560 110	-	1 532 235	-
Empresas de seguros	65 930	-	42 613	-
Resseguro	132 214	-	(655 785)	-
Serviços prestados a faturar	-	2 218 292	-	1 767 164
	<u>2 586 311</u>	<u>2 218 292</u>	<u>2 743 384</u>	<u>1 767 164</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Clientes – Conta corrente” inclui 280.161 euros e 1.356.020 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar por partes relacionadas (Nota 10).

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes”, apresenta um saldo no montante de 1.344.876 euros e 1.039.963 euros, respetivamente, correspondente aos pagamentos antecipados efetuados pelos clientes no final dos anos de 2025 e 2024.

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe dos saldos incluídos em fornecedores e outras contas a pagar relacionados com a atividade de corretagem de seguros apresentavam a seguinte composição:

	2025		2024	
	Fornecedores	Outras contas	Fornecedores	Outras contas
	(Nota 14)	a pagar (Nota 14)	(Nota 14)	a pagar (Nota 14)
Empresas de seguros	1 560 464	-	2 009 097	-
Resseguro	10 959	-	(880 038)	-
Mediadores		51 129		54 903
	<u>1 571 423</u>	<u>51 129</u>	<u>1 129 059</u>	<u>54 903</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecedores” inclui 487.383 euros e 467.421 euros, respetivamente, relacionados com valores a pagar a partes relacionadas (Nota 10), relacionados com a atividade de corretagem de seguros.






g) Desagregação dos valores a receber e a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos brutos das contas a receber e as contas a pagar podem ser desagregadas da seguinte forma:

	2025		2024	
	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)	Contas a receber - Clientes ^(a) (Nota 8)	Contas a pagar - Seguradoras (Nota 14)
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	-	1 234 614	-	1 155 490
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	2 423 078	2 385 276	2 725 326	2 725 326
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	(311 084)	(374 566)	(1 187 834)	(1 339 014)
Remunerações respeitantes a prémios de seguro e resseguro:				
· Já cobrados	-	(190 742)	-	(144 494)
· Por cobrar	-	(138 544)	-	(228 286)
Outros valores:				
· Honorários devidos à Sociedade por prestação de serviços em consultoria de seguros	626 040	-	1 570 427	-
· Recibos cobrados, em processamento pela Sociedade	-	(1 344 876)	-	(1 039 963)
· Recebimentos de clientes após fecho contabilístico ainda não processados	-	-	-	-
· Outros valores	(151 723)	261	(364 535)	-
	<u>2 586 311</u>	<u>1 571 423</u>	<u>2 743 386</u>	<u>1 129 059</u>

^(a) valores brutos, antes do reconhecimento de perdas por imparidade

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

A antiguidade das contas a receber vencidas à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como da imparidade registada pela Sociedade, é apresentada como segue:

	2025		2024	
	Valores a receber	Imparidade	Valores a receber	Imparidade
Até 1 mês	822 508	-	529 865	-
De 1 a 3 meses	1 124 363	-	1 146 438	-
De 3 a 6 meses	418 429	7 087	644 132	-
	<u>2 365 300</u>	<u>7 087</u>	<u>2 320 435</u>	<u>-</u>
De 6 meses a 1 ano	112 980	20 016	160 462	19 156
Entre 1 e 2 anos	46 503	4 661	218 353	16 505
Superior a 2 anos	61 528	5 771	44 134	4 814
	<u>221 011</u>	<u>30 448</u>	<u>422 949</u>	<u>40 475</u>
	<u>2 586 311</u>	<u>37 535</u>	<u>2 743 384</u>	<u>40 475</u>

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não se realizaram transmissões de carteiras de seguros.

k) Contratos cessados com empresas de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiram contratos cessados com empresas de seguros.

I) Descrição de obrigações contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, encontrava se em curso um processo judicial envolvendo a Willis no âmbito de uma apólice de seguro de vida. Não resultam do processo alegações juridicamente relevantes imputáveis à Willis, sendo a probabilidade de um desfecho desfavorável considerada remota. Ainda assim, a exceção de ilegitimidade passiva foi julgada improcedente, pelo que o processo prosseguirá até julgamento.

II - Nos termos do n.º 2 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, divulga ainda a seguinte informação:

a) Quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas à Sociedade em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens face ao total de remunerações provenientes de empresas de seguros:

	2025			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, SA	127 092	3 132 057	3 259 149	25,3%
Generali Seguros, S.A.	131 171	2 859 977	2 991 148	23,2%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros de Vida, S	-	1 363 010	1 363 010	10,6%
Allianz Portugal, SA	6 426	1 213 904	1 220 330	9,5%

	2024			
	Ramo		Total	%
	Vida	Não vida		
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	85 602	3 753 530	3 839 132	31,3%
Generali Seguros, S.A.	130 866	2 559 508	2 690 374	21,9%
Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.	6 683	1 006 922	1 013 605	8,3%
Ageas Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	-	804 072	804 072	6,6%

Os montantes apresentados nos quadros acima correspondem a recibos liquidados durante os exercícios de 2025 e 2024, independentemente da data de início de cobertura. Adicionalmente, não são incluídos valores relativos a resseguro.

b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

III - De acordo com o n.º 3 do Artigo 51º da Norma Regulamentar n.º 13/2020-R, de 30 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Sociedade, enquanto mediador de resseguros, divulga ainda a seguinte informação:

a) Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Willis não recebeu fundos com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

- b) Durante os exercícios de 2025 e 2024, não foram confiados à Willis pelas empresas de resseguro fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas.

22. OUTROS ASSUNTOS

O artigo 18º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, prevê que cada corretor de seguros disponha de garantia bancária ou de seguro de caução destinado à cobertura do pagamento "de créditos dos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários face ao corretor e que respeitem aos fundos que lhe foram confiados com vista a serem transferidos para essas pessoas" e "de créditos dos clientes face ao corretor, resultantes de fundos que este recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios" relativamente aos quais o corretor não tenha entregue simultaneamente o recibo de prémio emitido pela empresa de seguros.

Tais instrumentos deverão ter um valor mínimo correspondente a 23.480 euros ou, se superior, ao valor correspondente a 4% sobre a totalidade dos fundos confiados ao corretor pelos tomadores de seguros para serem entregues às empresas de seguros, e por estas para serem entregues aos tomadores de seguros, segurados ou beneficiários, durante o exercício económico precedente ao de subscrição ou renovação da garantia bancária ou do seguro-caução.

Dos fundos referidos acima, excluem-se aqueles relativamente aos quais foram outorgados poderes ao corretor de seguros, pela empresa de seguros, para o recebimento em seu nome.

Para este efeito, a Sociedade dispõe de uma apólice de seguro de caução prestada pela Ageas, pelo valor mínimo acima mencionado, automaticamente renovável por períodos de 1 ano.

Nos termos do Artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro), a Sociedade tem ainda apólices de seguro de caução prestadas pela COSEC e Lusitania no âmbito dos contratos com entidades públicas. Estas apólices de seguro de caução são efetuadas para determinados contratos celebrados entre a Sociedade e as respetivas entidades públicas.

Continuidade das operações

Os Administradores avaliam anualmente se existem condições ou eventos, considerados em conjunto, que levantam uma incerteza material sobre a capacidade da Sociedade continuar a sua atividade no prazo de um ano após a data em que as demonstrações financeiras são emitidas. A avaliação dos Administradores baseia-se em condições e acontecimentos relevantes que são conhecidos e razoavelmente perceptíveis à data em que as demonstrações financeiras são emitidas.

As atividades empresariais da Sociedade e os fatores suscetíveis de afetar o seu desenvolvimento e posição futura, incluindo o impacto atual e esperado de mudanças como resultado de acontecimentos mundiais, são definidos no relatório de gestão.

A Sociedade atende às suas necessidades diárias de fundo de manuseio através de um acordo cash pooling gerenciado pela tesouraria da WTW que analisa as previsões e projeções da Sociedade, tendo em consideração mudanças razoavelmente possíveis nas taxas de juro, demonstrando que a Sociedade deve ser capaz de operar dentro do nível do seu atual acordo.

Tendo avaliado as respostas às questões colocadas, incluindo o impacto atual e esperado das mudanças resultantes de acontecimentos mundiais, os Administradores não têm



motivos para acreditar que exista uma incerteza material que possa lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade continuar em atividade ou a sua capacidade de reembolsar periodicamente os empréstimos devidos. Como consequência do levantamento das respetivas informações, os Administradores têm uma expectativa razoável de que a Sociedade dispõe de recursos apropriados para continuar a sua existência operacional por um período de pelo menos doze meses a partir da data de aprovação das demonstrações financeiras. Por esta razão, continuam a adotar o princípio da continuidade na preparação das demonstrações financeiras.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2025.

Lisboa, 27 de março de 2026

O Conselho de Administração,



(Nuno Miguel dos Santos Arruda)
(Presidente)



(Gian Marco Tosti Di Valminuta)
(Vogal)



(Joana Maria dos Santos H. Araújo Pereira)
(Vogal)

O Contabilista Certificado:



(Eulália Maria Machado Gomes)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 24.817.415 euros e um total de capital próprio de 18.820.279 euros, incluindo um resultado líquido de 3.464.318 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Willis – Corretores de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- avaliamos se o uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Aos Acionistas da
Willis – Corretores de Seguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Willis – Corretores de Seguros, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2025 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, a qual não contém reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de abril de 2026

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto